

Grifos

2175-0157

Editorial

Edição: v. 31, n. 56 (Maio/Ago. 2022). TEMÁTICA LIVRE

Juliano Luiz Fossá

<https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Alessandra Matte

<https://orcid.org/0000-0002-0502-6643>

Márcia de Souza

<https://orcid.org/0000-0003-0053-198X>

A Revista Grifos da Unochapecó ao publicar esta edição segue cumprindo com o objetivo principal que consiste em divulgar estudos de natureza multidisciplinar. Com o foco em temáticas sobre políticas públicas, desenvolvimento, dinâmicas regionais e transformação social, apresenta aos seus leitores um conjunto de dez artigos que abordam realidades sociais importantíssimas a nossa sociedade.

Esta edição contempla temáticas de imensa relevância, as quais englobam, validam e legitimam o emprego de uma série de metodologias, conceitos, e teorias interdisciplinares para qualificar o cenário dos estudos que circulam a temática do desenvolvimento rural, agricultura familiar, políticas públicas, saberes socioambientais e serviços sociais.

O primeiro artigo da edição é assinado por Zenicléia Angelita Deggerone e Sérgio Schneider, “*O Processo de Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai-RS*”, o qual tem por objetivo apresentar alguns elementos sócio-históricos que exerceram influência no processo de mercantilização dos agricultores familiares na região Alto Uruguai-RS. Segundo os autores, os resultados do artigo evidenciam que o Estado, por meio da implementação de mecanismos institucionais (leis, portarias, decretos), políticas públicas de comercialização e de crédito, ofereceu condições para que ocorressem a modernização das atividades produtivas e o crescimento da produção agroalimentar, o que resultou na ampliação do processo de mercantilização.

Em “*Relações Produtivas na Produção de Arroz pela Agricultura Familiar no perímetro irrigado do Rio Limpopo, Moçambique*”, Cleyzer Adrian da Cunha, Alex Orlando Ndava e Alcido Elenor Wander analisaram as relações contratuais entre produtores familiares de arroz e empresa privada chinesa Wanbao, no perímetro irrigado do rio Limpopo, no distrito de Chongoene, na Província de Gaza em Moçambique. Segundo os autores, todos os serviços técnicos e insumos (máquinas, sementes etc.) são oferecidos pela empresa e os produtores familiares fornecem apenas a mão de obra familiar. Os custos dos serviços prestados são descontados e os preços também são definidos pela empresa chinesa. Por fim, a falta de opções e outros modelos de produção, fazem os produtores familiares de arroz sujeitarem-se ao contrato de prestação de serviços.

José Tobias Marks Machado, Lovois de Andrade Miguel e Jeferson Tonin no artigo “*Estratégias Produtivas e Reprodução Socioeconômica da Agricultura de Porto Vera Cruz, Rio Grande do Sul*”, analisaram as estratégias produtivas e as possibilidades de reprodução social dos diferentes tipos de agricultores que compõem a agricultura do município de Porto Vera Cruz, RS. O afastamento geográfico do município e a exiguidade do meio físico foram também aspectos que dificultaram o desenvolvimento passado e incidem sobre o desenvolvimento contemporâneo da agropecuária municipal. Atualmente, cinco tipos de agricultores conformam a agricultura porto-vera-cruzense e apresentam distintas estratégias de produção.

No artigo “*Relação De Unidades De Agricultura Familiar Da Costa Oeste Paranaense Com O Novo Rural Brasileiro*”, de Valdir Serafim Junior, Adriana Maria de Grandi, Fabíola Graciele Besen e Sandra Maria Coltre, foram identificadas características de unidades familiares localizadas na região da Costa Oeste do Paraná, em relação aos membros residentes e suas relações com o novo rural brasileiro. Para os autores existe homogeneidade de variâncias entres as médias de idade e dias dedicados a propriedade entre os homens e as mulheres e indícios de pluriatividade nas unidades estudadas. Constatou-se que 65,9% dos membros residentes não possuem renda extra agrícola, entre eles, (20,4%), a fonte advinda de aposentadorias é a principal renda, seguida pelas diversas outras funções desempenhadas pelos agricultores fora da propriedade, as quais lhes rendem remuneração e 26,7% concentram-se na faixa entre 1 e 2 salários-mínimos, o que contribui para a ampliação da renda familiar.

Roberta Lamonatto Taglietti, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Gisele Assumpção Vieira e Junir Antônio Lutinski contextualizaram a agricultura familiar e a vinculação da

atividade ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado de Santa Catarina, no período de 2012 a 2017, com o estudo “**Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar: Contexto Catarinense**”. Segundo os autores, foram analisados 821 editais de chamada pública, lançados por 231 municípios catarinenses, predominantemente classificados como de pequeno porte. Quando o porte foi associado com indicadores de qualidade da aquisição, como o *per capita* de alimento saudável representado por frutas, hortaliças e leguminosas, constatou-se que os municípios de pequeno porte compraram 46,57% mais alimentos saudáveis do que os de grande porte no último triênio.

“*Conservação do solo na horticultura das regiões de nova Friburgo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina)*” é o artigo de Ricardo Edson Salles, Renato Linhares de Assis e Adriana Maria de Aquino. Os autores apresentaram uma análise desse manejo com a inserção de plantas de cobertura de solo nas rotações de cultivo de hortaliças em Nova Friburgo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina). Verificou-se nos dois locais que aveia preta era a planta mais utilizada e que isso se devia a ação de técnicos de instituições públicas, porém, não havia planejamento rotineiro das rotações de cultivo para que houvesse o pré-cultivo de plantas de cobertura de solo ao menos uma vez ao ano, em todas as áreas de produção. Nas duas regiões estudadas havia pouca oferta de sementes no comércio de insumos, em quantidade e diversidade para favorecer a prática em questão rotineiramente, inclusive com o uso de maior número de espécies vegetais.

Gabrieli dos Santos Amorim, Adriano Lago, Mariele Boscardin, Rosani Marisa Spanevello e Camila Weber, em “*A Participação de Produtores Rurais nas Cooperativas Agropecuárias em Países com Diferentes Níveis de Desenvolvimento*”, analisaram os condicionantes da participação de produtores rurais nas cooperativas agropecuárias em países com diferentes níveis de desenvolvimento, enfatizando suas semelhanças e diferenças, indicando os possíveis motivos que levam a participação nas cooperativas agropecuárias e a predominância dos tipos de transações comerciais com panoramas locais. Os resultados demonstram que a participação de produtores rurais nas cooperativas agropecuárias é reforçada por características positivas e semelhantes entre os estudos, ao que se refere aos benefícios e vantagens como o aumento da renda, garantia de integração ao mercado e a eficiência técnica ou intensificação da agricultura, que se adequam às condições econômicas, demográficas e ambientais do local.

No artigo “*Ecoeficiência das Pequenas Propriedades Suinícolas Cooperativistas Catarinenses: Influência da Certificação pelo Programa Propriedade Rural*”

Sustentável”, Kátia Dalcerro e Denize Dermache Minatti Ferreira verificaram a influência da certificação pelo Programa Propriedade Rural Sustentável nos índices de Ecoeficiência das pequenas propriedades suinícolas cooperativistas catarinenses. Os resultados apontaram que as propriedades apresentam níveis altos de Ecoeficiência e que as propriedades rurais certificadas obtiveram índices maiores de Ecoeficiência em relação às não certificadas. Esses resultados indicam que os incentivos por intermédio de certificação de cooperativas se mostram promissores.

Antonio Marcio Haliski e Rogerio Baptistella, em “*O Diálogo de Saberes Socioambientais como Alternativa para a Criação de um Mundo Possível em Tempos de Crise Civilizatória*”, efetivam uma discussão atualizada sobre o que se entende por diálogo de saberes socioambientais e a sua intrínseca ligação com a educação ambiental – não aquela que meramente está presente em componentes curriculares, mas como modo de se viver no mundo – e também o tema do diálogo a partir da Encíclica *Laudato Si'*, tendo em vista as importantes manifestações do Papa Francisco no cenário atual. Os autores encerram com a afirmação de que as respostas para os problemas atuais estão nos modos de vidas que acenam para um sistema socioeconômico não capitalista.

Por fim, o último artigo da edição, de autoria de Marina Melo e Lorena Monteiro, com o título “*Especialización y División del Trabajo en la Profesionalización del Sector Sin Fines de Lucro*”, investiga as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional das ONGs no Brasil. A pesquisa baseou-se na Sociologia das Organizações, além de adotar métodos e técnicas de trabalho numa perspectiva qualitativa, por meio de estudos de caso em duas organizações, que utilizaram a análise de conteúdo no tratamento das informações. O trabalho revela como e por que ONGs que não se adaptam minimamente às exigências de profissionalização desfalecem diante de fontes de financiamento. A busca pela sustentabilidade e, conseqüentemente, pela complexidade organizacional em alguns dos perfis discutidos de ONGs em funcionamento, gera um ciclo de problemas que só podem ser resolvidos com mais profissionalismo.

Nesse breve diálogo com você leitor, abrimos o convite à leitura!